Santa Fé Energia S.A.

CNPJ nº 08.944.243/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.531	20.416
Concessionárias	5	3.604	2.755
Impostos e contribuições sociais	6	391	616
Estoques		317	235
Despesas pagas antecipadamente			74
Outros créditos			3
		20.843	**24.099**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	8	5.508	5.081
		5.508	**5.081**
Imobilizado	9	150.125	154.603
Intangível	10	382	346
		150.507	**154.949**
Total do ativo		**176.858**	**184.129**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	11	692	5.617
Impostos e contribuições sociais	6	517	777
Dividendos	14.2	3.161	2.444
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	5.855	5.913
Encargos regulamentares e setoriais		5	5
Provisões	13	409	491
		10.639	**15.247**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	57.734	63.413
Partes relacionadas	7	956	867
Provisões	13	480	371
		59.170	**64.651**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	86.371	86.371
Reservas de lucros	14.3	20.678	17.860
		107.049	**104.231**
Total do passivo e patrimônio líquido		**176.858**	**184.129**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2011	**86.371**	**10.013**	**–**	**96.384**
Lucro líquido do exercício			10.291	10.291
Constituição de reserva legal		515	(515)	–
Dividendos propostos			(2.444)	(2.444)
Dividendo adicional proposto		7.332	(7.332)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**86.371**	**17.860**	**–**	**104.231**
Dividendo adicional aprovado - AGO 30/04/2012		(7.332)		(7.332)
Lucro líquido do exercício			13.311	13.311
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		666	(666)	–
Reserva de retenção de lucros		9.484	(9.484)	–
Dividendo obrigatório			(3.161)	(3.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**86.371**	**20.678**	**–**	**107.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**29.529**	**39.518**
Receita operacional	27.687	22.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(55)	(17)
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.897	16.752
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(6.944)**	**(19.936)**
Custos da energia comprada	(2.927)	(1.395)
Encargos de uso da rede elétrica	(513)	(459)
Materiais	(264)	(9.442)
Serviços de terceiros	(2.875)	(8.437)
Outros custos operacionais	(365)	(203)
Valor adicionado bruto	**22.585**	**19.582**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.386)	(3.549)
Valor adicionado líquido produzido	**19.199**	**16.033**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.931	2.639
Valor adicionado total a distribuir	**21.130**	**18.672**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	126	257
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.557	2.462
Estaduais	13	5
Municipais		1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5.114	5.647
Aluguéis	9	9
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	3.161	2.444
	10.980	**10.825**
Lucros retidos	10.150	7.847
	21.130	**18.672**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receitas	15	**26.676**	**21.951**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.927)	(1.395)
Encargos de uso da rede elétrica		(513)	(459)
	16	**(3.440)**	**(1.854)**
Custo de operação			
Pessoal		(5)	(5)
Materiais e serviços de terceiros		(1.168)	(983)
Depreciações e amortizações		(3.386)	(3.549)
Outros custos de operação		152	(11)
	16	**(4.407)**	**(4.548)**
		(7.847)	**(6.402)**
Lucro bruto	16	**18.829**	**15.549**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(55)	(16)
Despesas gerais e administrativas		(497)	(603)
Outras despesas e receitas operacionais		(298)	(56)
	16	**(850)**	**(675)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**17.979**	**14.874**
Receitas financeiras		1.931	2.639
Despesas financeiras		(5.114)	(5.647)
Resultado financeiro	17	**(3.183)**	**(3.008)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**14.796**	**11.866**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.485)	(1.575)
	18	**(1.485)**	**(1.575)**
Resultado líquido do exercício		**13.311**	**10.291**
Atribuível aos acionistas controladores		13.311	10.291
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)			
ON		0,15411	0,11915
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)			
ON		0,15411	0,11915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	13.311	10.291
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**13.311**	**10.291**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.796	11.866
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	55	16
Depreciações e amortizações	3.386	3.549
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2.952	
Despesas pagas antecipadamente	84	11
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.976	5.576
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	60	29
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	49	13
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(427)	(516)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(53)	(13)
	25.878	**20.531**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(904)	(468)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(328)	(404)
Estoques	(82)	(235)
Despesas pagas antecipadamente	(10)	(84)
Outros ativos operacionais	4	11
	(1.320)	**(1.180)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(4.925)	2.220
Outros tributos e contribuições sociais	(11)	240
Encargos regulamentares e setoriais		(2)
Provisões	(82)	(67)
	(5.018)	**2.391**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**19.540**	**21.742**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.128)	(1.560)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**18.412**	**20.182**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.897)	(7.351)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(1.897)**	**(7.351)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	89	38
Cauções e depósitos vinculados		(750)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(9.776)	(2.534)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.679)	(5.679)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(5.034)	(5.594)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(20.400)**	**(14.519)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.885)**	**(1.688)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.531	20.416
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.416	22.104
	(3.885)	**(1.688)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, estado do Espírito Santo, é uma controlada da Energest S.A. (Energest), Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil). A Companhia está constituída sob a forma de sociedade por ações, com objeto social de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, e, ainda, participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nº 482/01, pelo prazo de 30 anos. A referida usina entrou em operação a partir do dia 27 de maio de 2009.

1.2 Autorizações

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a usina e detém junto à ANEEL a autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, estado do Espírito Santo.

Usina Hidrelétrica	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Autorização Início	Autorização Término
Francisco Gros (*)	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

(*) Conforme Resolução ANEEL nº 2.913/10 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gros.

O prazo da autorização da PCH vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração da PCH, a autorizada terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos Empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da autorização, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que por sua vez indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisados os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

despesas de amortização.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 10, 13 e 13.2)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação, amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 13)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 18)

O Imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos (Nota 14.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Capital social (Nota 14.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, que estão reconhecidos no resultado.

q) Lucro por ação (Nota 19)

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

r) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais.

s) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

t) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

v) Ativos de infraestrutura vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na autorização.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações finaceiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1° de janeiro de 2013

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1° de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da incluisão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstrações do fluxo de caixa

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R$13 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados a litígios das atividades operacionais no valor de R$516 para Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R$750), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

2.4.2 Demonstrações do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R$16.752 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R$9.331 referente a Materiais, R$7.249 referente a Serviços de terceiros e R$172 referente a Outros custos operacionais.

3 Evento do exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	1.757	2.929
Aplicações financeiras - renda fixa	14.774	17.487
Total	**16.531**	**20.416**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxa de 98,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.3.

5 Concessionárias

	Saldos Vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	3.604		3.604	2.614
Energia de curto prazo				141
Total Circulante	**3.604**	**–**	**3.604**	**2.755**
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	87	(87)		
Total Não Circulante	**87**	**(87)**	**–**	**–**

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social			53		(554)	518	17
IRRF sobre aplicações financeiras	566	308				(562)	312
Outros	50	20				(8)	62
Total	**616**	**328**	**53**	**–**	**(554)**	**(52)**	**391**
Circulante	616						391
Total	**616**						**391**
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	396	1.485		(1.128)	(346)	(52)	355
ICMS sobre diferencial de alíquota	138	15		(153)			
PIS e COFINS	77	1.011		(777)	(208)		103
ISS	114	85		(179)			20
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	22	91		(86)			27
Outros	30	92		(110)			12
Total	**777**	**2.779**	**–**	**(2.433)**	**(554)**	**(52)**	**517**
Circulante	777						517
Total	**777**						**517**

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e estão apresentadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2012	Ativo 31/12/2012	Ativo 31/12/2011	Passivo 31/12/2012	Passivo 31/12/2011	Receitas (despesas) no exercício 2012	Receitas (despesas) no exercício 2011
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	171,49	45	45			385	359
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	169,82	37	39			315	296
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32				275
	EDP Comercializadora	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011							18
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		95				362	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		670				2.540	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012						5	
					847	**116**	**–**	**–**	**3.607**	**948**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007					828	822		
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					20	(111)	(107)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(22)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					128	25	(126)	(268)
					–	**–**	**956**	**867**	**(259)**	**(375)**
Fornecedores										
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				44	40	(513)	(442)
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011							(877)
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012						2.050	
					–	**–**	**44**	**40**	**1.537**	**(1.319)**
				Total	**847**	**116**	**1.000**	**907**	**4.885**	**(746)**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protolocar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuidos através do Depacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio e consumo efetivo de gastos com telecomunicação.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante 31/12/2012	Não circulante 31/12/2011
Cauções e depósitos vinculados	5.508	5.081
Total	**5.508**	**5.081**

O saldo de Cauções e depósitos vinculados refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento dos contratos de financiamentos.

9 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200		4.200		4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,64	82.055	(5.882)	76.173	2,65	82.056	(4.137)	77.919
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	18.884	(1.482)	17.402	3,41	18.885	(1.022)	17.863
Máquinas e equipamentos	3,17	50.709	(3.203)	47.506	3,57	32.394	(2.074)	30.320
Móveis e utensílios	7,85	39	(11)	28	10,00	33	(7)	26
Total do Imobilizado em serviço		**155.887**	**(10.578)**	**145.309**		**137.568**	**(7.240)**	**130.328**
Imobilizado em curso								
Geração		4.816		4.816		24.275		24.275
Total do Imobilizado em curso		**4.816**	**–**	**4.816**		**24.275**	**–**	**24.275**
Total imobilizado		**160.703**	**(10.578)**	**150.125**		**161.843**	**(7.240)**	**154.603**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	4.200					4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	77.919			(1.746)		76.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.863			(461)		17.402
Máquinas e equipamentos	30.320		18.397	(1.134)	(77)	47.506
Móveis e utensílios	26		6	(4)		28
Total do imobilizado em serviço	**130.328**	**–**	**18.403**	**(3.345)**	**(77)**	**145.309**
Total do Imobilizado em curso	**24.275**	**1.897**	**(18.485)**	**–**	**(2.870)**	**4.816**
Total do imobilizado	**154.603**	**1.897**	**(82)**	**(3.345)**	**(2.947)**	**150.125**

10 Intangível

	31/12/2012				31/12/2011		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	28	(6)	22	20,00	13	(4)	9
Servidão permanente		360		360		177		177
Direito de concessão - Licenças ambientais	8,26	460	(460)	–	31,37	459	(421)	38
Total do Intangível em serviço		**848**	**(466)**	**382**		**649**	**(425)**	**224**
Intangível em curso								
Geração						118		118
Administração						4		4
Total do Intangível em Curso		**–**	**–**	**–**		**122**	**–**	**122**
Total intangível		**848**	**(466)**	**382**		**771**	**(425)**	**346**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Transferência para intangível em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço					
Software	9	16	(3)		22
Servidão permanente	177	183			360
Direito de concessão - Licenças ambientais	38		(38)		–
Intangível em curso	122	(117)		(5)	–
	346	**82**	**(41)**	**(5)**	**382**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de autorização na Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas para entrada em operação das usinas hidrelétricas e sua amortização é efetuada durante o período de vigência da licença.

Em 2012 a Administração requeriu junto aos órgãos competentes a prorrogação das licenças ambientais,120 dias antes do vencimento. A partir desta solicitação e até que se obtenha a renovação ficam em vigor as licenças ambientais anteriormente obtidas.

11 Fornecedores

	Circulante 31/12/2012	Circulante 31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	2	
Encargos de uso da rede elétrica	44	40
Operações CCEE	225	
Materiais e serviços	421	5.577
Total	**692**	**5.617**

Em 31 de dezembro de 2011 do montante de R$5.577 do saldo de Materiais e serviços, R$3.626 referem-se a pagamentos relativos aos serviços de recuperação da usina Francisco Gros devido a inundação da casa de força e R$915 referentes à aquisição de 50% da linha de transmissão de São Simão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012 Encargos Circulante	31/12/2012 Principal Circulante	31/12/2012 Principal Não circulante	31/12/2012 Total	31/12/2011 Encargos Circulante	31/12/2011 Principal Circulante	31/12/2011 Principal Não circulante	31/12/2011 Total
Moeda estrangeira																
BNDES - Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé/ES.	i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	176	5.679	57.734	63.589	234	5.679	63.413	69.326
Total									**176**	**5.679**	**57.734**	**63.589**	**234**	**5.679**	**63.413**	**69.326**

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos	5.913	(5.679)	(5.034)	4.976	5.679	5.855
	5.913	**(5.679)**	**(5.034)**	**4.976**	**5.679**	**5.855**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	63.413				(5.679)	57.734
	63.413	**–**	**–**	**–**	**(5.679)**	**57.734**

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Nacional
Circulante	
2013	5.855
	5.855
Não circulante	
2014	5.679
2015	5.679
2016	5.679
2017	5.679
2018	5.679
2019 até 2023	28.395
2024 até 2028	944
	57.734
Total	**63.589**

13 Provisões

	Circulante 31/12/2012	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2012	Não circulante 31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			394	334
Licenças ambientais	409	491	86	37
Total	**409**	**491**	**480**	**371**

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

	Passivo Saldo em 31/12/2011	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Cíveis	334	60	394
Total	**334**	**60**	**394**
Não circulante	334		394
Total	**334**		**394**

13.1.2 Risco de perda possível

Na Companhia não existem processos de naturezas Trabalhistas, Cíveis ou Fiscais em andamento, cuja perda tenha sido estimada como possível.

13.2 Licenças ambientais

O montante de R$409 em 31 de dezembro de 2012 (R$491 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e R$86 em 31 de dezembro de 2012 (R$37 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, implantação de unidades de conservação e monitoramento do lençol freático. O reconhecimento dos custos associados as licenças prévias e de instalação ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina. Já os custos associados à licença de operação foram reconhecidos contra a rubrica de Intangível. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

14.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	13.311
Constituição da reserva legal - 5%	(666)
	12.645
Destinação do lucro	**12.645**
Dividendo obrigatório	3.161
Reserva de lucros	9.484
Quantidade de ações	86.371.000
Dividendos por ação - R$ - Dividendo obrigatório	**0,0000366**
Dividendos por ação - R$	**0,0001464**

14.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	1.839	1.173
Retenção de lucros	18.839	9.355
Dividendo adicional proposto		7.332
	20.678	**17.860**
Total	**20.678**	**17.860**

15 Receita

	MWh (*) 2012	MWh (*) 2011	R$ 2012	R$ 2011
Suprimento de Energia elétrica	**172.953**	**142.316**	**26.177**	**22.108**
Energia de curto prazo			**1.510**	**675**
Total Fornecimento e suprimento	**172.953**	**142.316**	**27.687**	**22.783**
(–) Deduções à receita operacional PIS/COFINS			(1.011)	(832)
Receita	**172.953**	**142.316**	**26.676**	**21.951**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

16 Gastos operacionais

	2012 Custo do serviço Com energia elétrica	2012 Custo do serviço De operação	2012 Despesas operacionais Com vendas	2012 Despesas operacionais Gerais e administrativas	2012 Despesas operacionais Outras	2012 Total	2011 Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	2.927					2.927	1.395
Encargos de uso da rede elétrica	513					513	459
Taxa de fiscalização					61	61	56
	3.440	**–**	**–**	**–**	**61**	**3.501**	**1.910**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5		121		126	257
Material		128				128	111
Serviços de terceiros		1.040		291		1.331	1.188
Depreciação		3.345				3.345	3.403
Amortização		41				41	146
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas			55			55	16
Aluguéis e arrendamentos		4		5		9	9
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					233	233	
Outras		(156)		80	4	(72)	37
	–	**4.407**	**55**	**497**	**237**	**5.196**	**5.167**
Total	**3.440**	**4.407**	**55**	**497**	**298**	**8.697**	**7.077**

17 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.877	2.612
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	53	13
Outras receitas financeiras	1	14
	1.931	**2.639**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(4.976)	(5.576)
Atualização monetária de licenças ambientais	(49)	(13)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(60)	(29)
Outras despesas financeiras	(29)	(29)
	(5.114)	**(5.647)**
	(3.183)	**(3.008)**

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda 31/12/2012	Imposto de Renda 31/12/2011	Contribuição Social 31/12/2012	Contribuição Social 31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	14.796	11.866	14.796	11.866
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(3.699)	(2.967)	(1.332)	(1.068)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	2.662	1.852	860	584
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.013)	(1.091)	(472)	(484)
Alíquota Efetiva	6,85%	9,19%	3,19%	4,08%

19 Lucro por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	13.311	10.291
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Lucro básico e diluído por ações (reais/ação)	0,15411	0,11915

20 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	2012
Usinas	55.350
Transportes (veículos)	1.600

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo 31/12/2012	Valor justo 31/12/2011	Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.531	20.416	16.531	20.416
Concessionárias	3.604	2.755	3.604	2.755
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	5.508	5.081	5.508	5.081
	25.643	**28.252**	**25.643**	**28.252**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	692	5.617	692	5.617
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.855	5.259	5.855	5.913
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	57.734	56.402	57.734	63.413
Partes relacionadas	956	867	956	867
	65.237	**68.145**	**65.237**	**75.810**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

O saldo de concessionárias é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES para depósitos vinculados a dívida da Companhia.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012				31/12/2011			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		16.531		16.531		20.416		20.416
Concessionárias	3.604			3.604	2.755			2.755
Cauções e depósitos vinculados			5.508	5.508			5.081	5.081
	3.604	**16.531**	**5.508**	**25.643**	**2.755**	**20.416**	**5.081**	**28.252**

	31/12/2012		31/12/2011	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	692	692	5.617	5.617
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	63.589	63.589	69.326	69.326
Partes relacionadas	956	956	867	867
	65.237	**65.237**	**75.810**	**75.810**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2012	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	16.531	1.757	14.774
	16.531	**1.757**	**14.774**

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Instrumentos financeiros ativos		1.129	566		1.695	424	848	(424)	(848)
		1.129	**566**	**–**	**1.695**	**424**	**848**	**(424)**	**(848)**
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(4.527)	(13.058)	(5.412)	(22.997)	(4.197)	(8.393)	4.197	8.393
		(4.527)	**(13.058)**	**(5.412)**	**(22.997)**	**(4.197)**	**(8.393)**	**4.197**	**8.393**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

21.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2012				
	Nota	**Total Geral**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**acima de 5 anos**
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	12	63.589	5.855	17.037	17.036	23.661
Obrigações de compra		2.389	1.892	497		
Licenças ambientais	13	495	409	86		
		66.473	**8.156**	**17.620**	**17.036**	**23.661**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

22.2 Garantias

	31/12/2012	31/12/2011
Tipo de garantia oferecida	**Valor**	**Valor**
Depósito Caucionado	5.508	5.081
Fiança Corporativa	63.589	69.326
Penhor de Ações	86.371	86.371
Penhor de Direitos	63.589	69.326

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia pertence à Energest, conforme nota 14.1.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé, compreendendo, mas não se limitando, aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

23 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2012 foram de R$305, sendo R$107 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente e R$198 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Santa Fé Energia S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB.*

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(c), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.